

ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ: A MEMÓRIA DA REGIÃO SUDOESTE

Teresa Jussara Luporini

Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná
teju@interponta.com.br

RESUMO:

A discussão sobre política educacional não pode desligar-se do entendimento de que a mesma se configura como um programa de ação, inserido no panorama das relações sociais; portanto, com suas características de igualdade-desigualdade e, em decorrência, de inclusão-exclusão. Estão presentes, neste aspecto, as relações de poder que permeiam tais características, especialmente na perspectiva do contexto neoliberal em que se inserem as discussões sobre educação na atualidade. Considera-se, no presente estudo, a sua centralidade tanto no que se refere aos processos que a direcionam para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, quanto no que concerne às relações entre política, governo e educação, o panorama histórico e ideológico em que se incluem e os métodos e processos, as “práticas” delas decorrentes. Nesta perspectiva analisa-se o posicionamento do poder público, quanto às políticas definidas para o ensino superior, em confronto com as demandas sociais criadas pela população e classes dirigentes da região sul e sudoeste do Paraná que resultaram na pulverização de iniciativas educacionais e ausência da oferta pública deste nível de ensino. Toma-se como parâmetro para a discussão o contexto de criação e desenvolvimento do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná-UNICS. O estudo aponta, a partir da análise de diferenciadas fontes de pesquisa, inclusive orais, para a movimentação de diferenciados setores da população da cidade de Palmas, na reivindicação pela implantação do ensino superior na região e para a descontinuidade de políticas públicas para este nível de ensino.

Palavras-chave: ensino superior, memória, política educacional.

HIGHER EDUCATION IN PARANÁ: THE MEMORY OF SOUTHWEST REGION

ABSTRACT:

The discussion about educational policy cannot be disconnected from the understanding that it is configured as a program of action, inserted into the panorama of social relations, however with features of equality-inequality, and as a result of inclusion-exclusion. Concerning this, there are relations of power that permeate these features, especially in view of the neo-liberal context in which are located in the discussions about education today. In this study, it is considered its centrality both in regard to the processes that direct to the development of technology and science, as regarding the relationship among politics, government and education, the historical and ideological panorama in which they are included, the methods and processes, and the practices arising from them. In this perspective, it is analyzed the position of public power, referring to the policies defined for higher education, confronting with the social demands created by the population and leading classes of south and southwest of Paraná that resulted in the disseminating of educational initiatives and lack of public supply of this education level. It is taken as parameter to discuss the context for the creation and development of Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná-UNICS. This study points out from the analysis of different sources of research, including oral

sources, for the movement of different sectors of the population of Palmas/Paraná in the claim by the deployment of higher education in the region and the discontinuity of public policies for this level of education.

Key-words: higher education, memory, education policy.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho pretende-se analisar, a partir do contexto de criação e desenvolvimento do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná-UNICS, o posicionamento do poder público quanto às políticas definidas para este nível de ensino, em confronto com as demandas sociais criadas pela população e classes dirigentes da região sul e sudoeste do Paraná, que resultaram na pulverização de iniciativas educacionais e ausência do poder público na oferta do ensino superior.

Entende-se que políticas públicas são “parte integrante do processo de formação de identidades e de atores sócio-políticos; são plataformas políticas que definem o sentido e a direção do desenvolvimento histórico-social por mediações entre os diversos atores sócio-políticos” (ABREU, 1993). E, ainda, no âmbito da Educação e, portanto, enquanto política social, se traduz como

o conjunto de objetivos, ações e normas adotado pelo Estado segundo a direção dos conflitos e dos compromissos vigentes numa sociedade de classes que, embora idealmente voltada para o cumprimento dos direitos sociais básicos é condicionado por e condiciona as relações político-ideológicas e econômicas e tem como principal fundamento o controle do poder político o que pode, tendencialmente transformá-lo em meio de dominação de uma classe sobre outra” (OLIVEIRA, 1993).

Nesta perspectiva, a discussão sobre política educacional não pode desligar-se do entendimento de que a mesma se configura como um programa de ação, inserido no panorama das relações sociais; portanto, com suas características de igualdade-desigualdade e, em decorrência, de inclusão-exclusão. Assim, deve-se considerar as relações de poder que permeiam tais relações, especialmente na perspectiva do contexto neoliberal em que se inserem as discussões sobre educação na atualidade. Também, deve ser considerada a sua centralidade tanto no que se refere aos processos que a direcionam para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, quanto no que concerne às relações entre política, governo e educação, o panorama histórico e ideológico em que se incluem e os métodos e processos, as “práticas” delas decorrentes.

À luz de tais direcionamentos é que se analisa a trajetória de institucionalização do ensino superior na Região Sudoeste do Paraná, especialmente na cidade de Palmas e, portanto, a tentativa de compreensão do contexto sócio-histórico no qual se originou o UNICS.

Entretanto, a construção de tal compreensão exige a consciência da evolução histórica do conceito e natureza das políticas educacionais e políticas para o ensino superior porque a tentativa de criação de conhecimento sobre tal realidade pauta-se no entendimento que o pesquisador detém em relação a como se concebem e se desenvolvem políticas educativas no mundo contemporâneo.

Além disto, pode-se construir uma explicação de caráter político, educacional e histórico a partir apenas de fontes oficiais, aquelas que estão à disposição, preservadas e já selecionadas como as que foram utilizadas, na presente investigação, como referência de inteligibilidade do contexto analisado?

Certamente que é possível desde que tais implicações sejam desveladas e consideradas pelo investigador. Analisar, estudar e interpretar memórias ⁽¹⁾ exige a compreensão de que a cada registro preservado, classificado e catalogado corresponde possíveis esquecimentos, os não-ditos, as exclusões, os silêncios. Tentando penetrar nesse campo ainda recentemente considerado pela pesquisa histórica e, mais efetivamente utilizado no espaço político, deve-se atentar para os procedimentos relativos a fontes orais. Este tipo de fonte está articulado majoritariamente a pesquisas que procuram reconstruir memórias de atores sociais excluídos ou para a compreensão, a partir do olhar do tempo presente, de períodos históricos recentes em que não há outras formas de registro. A produção de conhecimento decorrente da pesquisa, ora discutida, parte de tal compreensão, tomando como referência a história oral temática (FONSECA, 1997), para a realização das entrevistas com depoimentos de alunos egressos, professores, dirigentes e funcionários da ativa ou aposentados do UNICS e de outros profissionais envolvidos na problemática analisada.

O CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: O PARANÁ E O BRASIL NOS ANOS 60 DO SÉCULO XX

O ensino superior no Brasil, na década de 60, passou por várias transformações em função de seu processo de modernização, na tentativa de ajustar a educação às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país e, também, pela influência do projeto de uma reforma universitária, no sentido da democratização que nasceu e se desenvolveu no seio do movimento estudantil-UNE (União Nacional dos Estudantes).

Segundo Cunha (2000, p.168), esse projeto teve suas origens nas críticas às práticas que se efetivavam nas instituições brasileiras de ensino superior da época “numa sintonia tardia, mas significativa, com o ideário da ‘Reforma Universitária’ que duas décadas antes se irradiara de Córdoba para toda a América Latina”.

É importante ressaltar que a Carta de Córdoba também influenciou nos anos 60, as Cartas dos Estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais, estabelecidas nos seminários nacionais da reforma universitária promovidos pela UNE em 1961, 1962, e 1963, respectivamente.

Como o movimento pela reforma universitária se intensificou e, proliferaram concepções as mais diversas sobre a questão, o Estado brasileiro, após o golpe militar, acabou por incorporar esta bandeira, redefinindo o seu significado para fazê-lo mero apoio à modernização do ensino superior (cf.CUNHA, 2000).

No que concerne ao Paraná é pertinente registrar que foi no início de 1960 que ocorreu a diluição das “frentes pioneiras” ⁽²⁾ e suas conseqüentes ocupações de terras, configurando-se o território paranaense como quase que totalmente ocupado.

A grande questão que se coloca, a seguir, é da integração dessas comunidades. A “atitude política” de integração inicia sua definição com a construção de estradas e ferrovias ligando as diferentes regiões do Paraná, Estado relativamente jovem em comparação com os demais estados da federação, excetuando-se os criados no século XX (a emancipação da Província de São Paulo ocorreu em 1853).

No que se refere ao fator educacional e, especialmente ao ensino superior, pode-se afirmar que:

Historicamente, as Instituições de Ensino Superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade como

um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior estadual (SCHMIDT, 199, p. 97).

Neste sentido, registre-se que o aspecto político foi de fundamental importância para a criação e desenvolvimento do ensino superior em determinadas regiões do Estado do Paraná.

Até a década de 1960 a hegemonia política era detida por dois grupos do “Paraná Velho ou Tradicional”. Um deles, formado pelos proprietários e terras tradicionais; o outro, formado pelos representantes da burguesia industrial-comercial com base na erva-mate e na madeira. O segundo grupo, embora forte economicamente, desde os tempos da Província, só verá traduzido o seu poderio, em termos políticos, a partir da República, tomando para si a direção do processo, em substituição aos proprietários de terras localizadas nas regiões primeiramente colonizadas no Paraná, especialmente os dos Campos Gerais. Essa alternância no poder político manter-se-á até 1964, quando finaliza o governo de Ney Braga, iniciado em 1962. A partir de 1965 até 1968, um representante da frente nortista-Paulo Pimentel- assumirá a responsabilidade de governar o Paraná num momento crítico, no início do período ditatorial militar.

O programa de governo de Pimentel baseou-se na “ideologia do desenvolvimento integrado”, obviamente dedicada à continuidade das ações do governo anterior, refletindo a necessidade de “implantação de infra-estrutura básica (transportes, energia elétrica, telecomunicação), mas ao mesmo tempo, ir além, concentrando esforços no estímulo à diversificação agrícola e à industrialização” (SCHMIDT, 1998, p. 111). A educação, assim como a saúde, a habitação e o saneamento, enquanto aspectos sociais, incorporavam-se a esse projeto. Embora se reconhecesse a necessidade de recursos humanos qualificados como base para o processo desenvolvimentista almejado, constassem referências ao sistema de ensino, a educação em nível superior não se expressava como prioridade. Entretanto, todas essas questões políticas são importantes para configurar o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Paraná.

Segundo Horta (1985), de 1962 a 1972, o ensino superior no Paraná apresentou um processo de interiorização invejável, na ordem de 86%. Além da interiorização, configuram-se como características do período as que se referem à introdução da cobrança de mensalidades nas universidades públicas e a organização sob a forma universitária

Para Sheen (1986) são três as fases de interiorização do ensino superior no Paraná:

- os anos 50 e 60 do século XX caracterizam-se pela criação de estabelecimentos de ensino superior isolados;
- ao final dos anos 60 são criadas três universidades estaduais: Ponta Grossa, Londrina e Maringá integrando a política educacional definida pela Lei nº 5540/68, Lei da Reforma Universitária;
- em meados dos anos 70, a partir de 1975, observa-se a expansão do ensino superior, sob a responsabilidade de instituições municipais.

É neste contexto que se insere a criação do CPEA e do UNICS.

ENSINO SUPERIOR EM PALMAS E NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

O ensino superior marca presença em Palmas desde a década de 60 do século XX, ligado ao Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos-CPEA, da Paróquia do Senhor Bom Jesus. A constituição do UNICS resulta da iniciativa eclesial e, também, da intensa luta de diferentes segmentos da sociedade civil organizada local, junto às instâncias educacionais federais/estaduais e à esfera governamental do Estado do Paraná.

A primeira referência sobre o CPEA reporta-se ao dia 29 de outubro de 1965 quando se registra a intenção de construir o Centro Pastoral Dom Carlos; em maio do ano seguinte ocorre o início da compra do material para a obra do Salão Paroquial e, no dia 7 de agosto é lançada a sua pedra fundamental.

Esclarece Lima:

... a cidade foi dividida em nove zonas onde uma comissão de pessoas chamada “comissão de fábrica”, teria a atribuição de visitar as famílias, para expor o projeto e solicitar auxílio financeiro para a construção que visava servir aos anseios de toda a comunidade palmense. Todos que fizessem mensalmente suas contribuições voluntárias, se constituiriam automaticamente sócios do Centro (atual CPEA) (3). Os movimentos organizados da Igreja se integraram à campanha e em maio de 1966, iniciou-se a compra do material (id., ibid, p.9) .

Segundo José Deretti (4)

O Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado era inspetor regional. Numa reunião de professores perguntou o que achavam da criação de uma faculdade na região de Palmas. No meu íntimo eu achava estranho que naquela região não houvesse faculdade (eu tinha vindo de São Paulo onde havia me formado). (...)

Então eu disse que no meu entendimento era uma coisa excelente. Mas, ficou por isso. Terminou a reunião e ficou por isso mesmo.

Um noite eu estava dando aula no Colégio Leonel França, atual Bispo Dom Carlos e vi o Monsenhor Eduardo conversando com o diretor, Dr. Nelson dos Santos (...). O diretor me chamou após as aulas e disse que o Monsenhor Eduardo havia convidado pra uma reunião no escritório do Dr. João de Oliveira, que ficava em cima do Correio “velho”.

Fui lá e encontrei o Monsenhor Eduardo, Albino Kruger e João de Oliveira. O Monsenhor explicou que era para começarmos a faculdade. Antes disso, eu tinha que vir para Curitiba e o Monsenhor Eduardo me falou que eu devia conversar com o Irmão Albano, reitor da universidade Católica (não era PUC) e disse:

“Você fala com ele para ver a idéia de implantar uma faculdade na região”.

Eu falei com o secretário do Irmão Albano, porque ele não se encontrava (que) me passou uma série de informações, me passou o regimento interno, uma série de papéis que entreguei para Monsenhor Eduardo. Nessa mesma viagem fui falar com o Dr. Cândido (Cândido Martins de Oliveira) que era Secretário de Educação do Paraná ou tinha um cargo na educação. E ele disse: “Eu apoio” (...) Também trouxe o apoio do Dr. Arnaldo Busato que, naquela época,

era deputado federal ou estadual (não me recordo). (...) em uma outra oportunidade um amigo meu foi para Santo Ângelo e ele trouxe de lá um regimento interno, estatutos, etc...

Na noite da reunião a que me referi, com essa papelada toda ,nós começamos, em 1966, a elaboração dos estatutos do Centro Pastoral, Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA).

Todos esses contatos foram no final de 1965 e início de 1966.

A elaboração dos estatutos foi em meados de 1966, porque me lembro que era uma época fria e o Monsenhor Eduardo, depois que terminavam as reuniões e era um frio danado em Palmas, ele nos despedia dizendo o seguinte: “Enquanto o relvado embranquece, os pinheiros choram, os bueiros fumegam... que frio... que frio!” E dava uma gargalhada, que ele tinha uma gargalhada muito sonora. E veja bem que eu me impressionei com a palavra relvado e, de fato, os portugueses (ele era português) em vez de dizer gramado, dizem relvado!

Aí, nós elaboramos o estatuto.

Pelo depoimento de Deretti foi possível reconstruir os passos iniciais da criação do CPEA e do UNICS como se poderá verificar adiante.

Definiu-se no projeto de criação que o CPEA incluiria, também, dependências que seriam destinadas ao funcionamento da futura Faculdade Católica de Filosofia o próprio CPEA a sua mantenedora, o que ficou oficializado no dia 01 de julho de 1967, numa assembléia que tinha como objeto a aprovação dos estatutos e conseqüente eleição do primeiro Conselho Diretor da entidade.) Segundo os registros do Livro Tombo da Paróquia Bom Jesus de Palmas, do dia 04/11/66, essa idéia foi lançada pelo Monsenhor Eduardo Rodrigues, Cura da Catedral, com a aquiescência do Bispo Dom Carlos Bandeira Sabóia de Mello.

“Em 11 de setembro de 1967, foi proposto aos sócios do CPEA, em Assembléia Geral Extraordinária, a criação da Faculdade de Filosofia, com a presença de autoridades, lideranças, professores e estudantes das escolas, que seriam, com a implantação de uma Instituição de Ensino Superior em Palmas, os maiores beneficiados” (LIMA, 1997, p.10). A autora registra que esse fato reveste-se de maior significado por ser a cidade de Palmas, à época, um município de porte pequeno, em que a energia era distribuída à população apenas durante determinado período do dia. Tal circunstância, sobre a prestação de serviços públicos no interior do Estado, dimensiona o cotidiano local em que se inseria a iniciativa educacional ora analisada.

Deretti afirma que:

As reuniões (para elaboração dos estatutos e regimento interno) eram realizadas no GECA (Grêmio Estudantil Castro Alves) ou no cinema. Terminada a elaboração do estatuto passamos para o regimento interno.

Nesse mesmo ano, em outubro, foi encaminhada ao Ministério da Educação-MEC a solicitação de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia para o ano letivo de 1968.

Em 11 de fevereiro daquele ano foi enviado um comunicado do MEC informando que o processo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas havia recebido parecer favorável na Câmara de Planejamento do MEC. “A população estava de tal forma engajada na criação de uma faculdade que, em face deste

comunicado, organizou-se uma passeata com fogos de artifício para festejar a conquista (LIMA, 1997, p.101).

Deretti informa:

Quando esses documentos (os estatutos e o regimento interno) foram finalizados, passamos para uma nova fase que era relacionada à vitória que foi realizada pela Inspetora Federal de Ensino, esposa do Dr. Adilson Amaro (da Comarca de Cornélio Procópio). No dia em que ocorreu a vitória, que era um critério do MEC para o funcionamento de cursos superiores, a Inspetora (Neusa Amaro) foi recebida por uma comitiva e a visita repercutiu em toda a comunidade

Lima (op.cit.) registra que a visita ocorreu no dia 30 de março de 1968 e que a comissão foi composta por inspetores federais e professores catedráticos, dentre eles a professora Neusa Amaro e o professor João Calixto Medeiros; também participou dessa visita o Dr. Arnaldo Faivro Busato, deputado estadual que representava a região sudoeste na Assembléia Legislativa do Paraná.

A descrição da autora dimensiona o significado da iniciativa para a população envolvida:

Participaram da recepção à comitiva, autoridades do município e da região, professores, estudantes, formando uma caravana de mais de 300 carros, com faixas e cartazes nas ruas, flores e papel picado sendo jogados dos prédios. Aparece nos registros como a recepção mais grandiosa já realizada em Palmas e no sudoeste do Paraná, considerando-se que Palmas tinha na época 27 mil habitantes (id., ibid., p.11).

A percepção de Lima apresenta-se em concordância com a da professora Neusa Amaro que narrou como ocorreu a recepção à comissão de vitória (AMARO, 2007):

Foi uma surpresa! Havia carros nos esperando no acostamento da estrada, próximo à entrada da cidade. Eles nos seguiram em carreata. Nas calçadas havia crianças acenando com bandeirinhas, o comércio fechou as portas e havia uma multidão nas ruas. A manifestação aumentou a nossa responsabilidade em fazer cumprir os critérios determinados pelo MEC. Felizmente foi possível atender ao solicitado. E hoje, passados 40 anos, vejo que a iniciativa só fez crescer o nível cultural e educacional da cidade e da região.

Os registros coincidem quanto ao envolvimento da população, por meio da liderança eclesiástica e das autoridades políticas e educacionais da cidade, visando a implantação do ensino superior. Mesmo sem conhecer detalhadamente o trâmite do processo as lideranças do município tornaram legítima a demanda ao ser referendada pela população.

O contexto que se desenha para a inserção histórico-educacional da criação do CPEA e do UNICS, em meados e no final da década de 1960, respectivamente, corresponde aos anos iniciais da ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Neste período viveu-se uma época de arbítrio e de ausência do estado de direito, de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional. São desativados os movimentos de conscientização popular (5) que contribuiriam para desencadear fecunda reflexão sobre a cultura nacional. A área educacional foi marcada por repressão,

desmobilização das instituições representativas do magistério, instituição do ensino de caráter profissionalizante, sem as condições necessárias para o seu desenvolvimento e privatização do ensino. A legislação educacional foi definida pela Lei nº 5540/68 para o ensino superior e Lei nº 5692/71 para o ensino de 1º e 2º graus, atual Educação Básica-Ensino Fundamental e Médio.

No contexto da desmobilização dos estudantes universitários pelo governo ditatorial, com as medidas de ensino profissionalizante em nível médio (o que segundo a visão dos militares diminuiria a pressão por vagas no ensino superior), a institucionalização da matrícula por disciplina, no regime de créditos e de departamentalização das instituições de ensino superior, ocorre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas. Panorama mais adverso não poderia existir (inclusive com a criação do curso de Filosofia Pura, num período que a disciplina foi varrida do currículo escolar). No entanto, a forma participativa, o apoio decisivo de forças populares e políticas presentes determinou as condições que permitiram a instalação de uma instituição de ensino superior em região geográfica distante dos centros produtores de conhecimento da região sul do país.

A iniciativa da FAFI de Palmas se revela como contraditória naquele contexto político, mas pode ser registrada como um desdobramento da possibilidade de diminuir a responsabilidade do poder público na formação em nível superior (certamente contribuiu para a aprovação o fato de que não se previa nenhuma forma de investimento público estadual ou federal).

Deretti retoma as tratativas necessárias para que a instituição iniciasse o seu funcionamento:

Após a visita (vistoria pelos inspetores federais) (6), foi designada uma comissão composta por mim, pelo Chaves e pelo Fávero que ficou incumbida de anunciar a iniciativa nas cidades vizinhas. Em todos os locais fomos muito bem recebidos. A única exceção ficou por conta de Pato Branco. O juiz daquela cidade nos recebeu muito mal; parece que desprezando a nossa iniciativa. Acho que foi uma situação, talvez de rivalidade.

A seguir iniciou a luta pela autorização junto ao Conselho Federal de Educação. O Bispo Dom Carlos apareceu um domingo lá em casa, pedindo ajuda para escrever cartas para os 22 conselheiros do Conselho Federal. Nós entendemos que foi uma generosidade por parte do Bispo, uma vez que o mesmo era um intelectual da mais alta estirpe, não necessitando de nossa contribuição para produzir e datilografar as cartas. Mas, aí é que se entende o sentido de fazer as coisas em grupo, trocando idéias.

Finalmente, a Faculdade recebeu parecer favorável do Conselheiro D.Luciano, Bispo de Vitória. Foi um momento de muita emoção e alegria!

A aprovação de funcionamento foi autorizada pelo Parecer nº 525/68 do Conselho Federal de Educação que determinou uma diligência relativa a três questões: substituição de alguns professores, correções no regimento e melhoria da biblioteca. A aprovação definitiva de funcionamento foi determinada, após cumpridas as ressalvas indicadas, pelo Parecer nº 568/68 de 30 de setembro de 1968.

Continua Deretti:

Mas a batalha ainda não estava terminada, pois aí se iniciou a luta pela aprovação dos professores que deveriam lecionar. Foram enviados os documentos necessários para aprovação do MEC. Para a

minha aprovação foram enviados alguns artigos que escrevi, que por sinal nunca mais me devolveram.

O Monsenhor Eduardo estava tão entusiasmado com a idéia que lia na missa sobre a aprovação dos professores. Era assim que toda a comunidade ficava ciente do que acontecia. Eram informados, após a missa, sobre o andamento do processo. Finalmente, em 1968, foi realizado o primeiro vestibular para Filosofia Pura, Letras, História e Pedagogia. Nos dois primeiros anos as aulas eram ministradas no Colégio Puríssimo Coração de Maria (atual colégio Bom Jesus, cuja mantenedora é o CPEA). Eu tive a aprovação para lecionar duas disciplinas: Português e Literatura Portuguesa e Brasileira.

Os registros da Diocese indicam, em consonância com o relato de Deretti, que a iniciativa da implantação da Faculdade de Palmas teve enérgicas e motivadoras lideranças do Bispo Diocesano, Dom Carlos Eduardo e do Monsenhor Eduardo que obtiveram pronta resposta de amplos segmentos da população. Como afirma Lima: "... impressiona a mobilização dos segmentos sociais, econômicos e políticos que somaram forças e juntaram as mãos, a fim de que Palmas se tornasse de fato e de direito a capital da cultura e a sede do ensino superior do sudoeste paranaense" (op.cit., p.11).

A Faculdade de Palmas, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº63.583/68 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 72.452/73, iniciou com quatro cursos, como indicado por Deretti: Filosofia Pura, Pedagogia, História e Letras com Habilitação em Português e Francês. O cargo de diretor foi atribuído a Monsenhor Eduardo, que desde o princípio batalhou pela implantação da Faculdade.

Deretti descreve:

De 1968 a 1975 o Monsenhor Eduardo exerceu o cargo de diretor da Faculdade. Eu assumi, no mesmo período, o cargo de vice-diretor. Em 1975, o Bispo, de acordo com o estatuto, indicou uma outra professora para assumir o cargo. Inclusive, quando estive em Palmas, recentemente, soube que a indicação da direção continuou a ser prerrogativa do Bispo. Foi algo que foi colocado no estatuto, quando de sua criação e é mantido até hoje. A Igreja não abre mão (...).

Dois fatos merecem ser registrados: o primeiro, o entusiasmo do povo que sempre se afinou com a iniciativa, contando com a possibilidade de que os filhos permanecessem estudando na própria cidade; o segundo fato refere-se à situação de muitos professores que eram leigos, apesar de excelentes profissionais. Esse pessoal integrou as primeiras turmas que, sem dúvida, era de uma qualidade excepcional. Um desafio para nós professores da Faculdade. Acredito que até a 5ª turma, tivemos um desempenho muito bom, fruto da dedicação desse pessoal. Só depois que, acredito, tivemos turmas "normais".

Com a morte de Dom Carlos Eduardo, que faleceu em 06 de fevereiro, poucos dias antes da instalação oficial da Faculdade, que ocorreu no dia 22 do mesmo mês e ano, assumiu a Diocese, Dom Agostinho José Sartori, em 14 de junho de 1970. Em 1972, o novo Bispo convocou Assembléia Extraordinária do CPEA para propor o que já constava do Estatuto da instituição: a criação de uma universidade com o fim de expandir e qualificar o ensino superior na região. Sendo a proposta aprovada por unanimidade pelos presentes, o Bispo declara criada a Universidade do Sudoeste do Paraná. Entretanto, embora o Conselho Estadual de Educação registrasse o conhecimento sobre esta iniciativa, a universidade acaba não se concretizando.

No entanto, entendendo a necessidade de expansão, o poder público municipal cria, em 1979, a FACEPAL: Faculdades Reunidas de Palmas (Lei Municipal nº 654/79; autorização de funcionamento pelo Decreto Federal nº 84.784/80; reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 76/83). A nova Faculdade iniciou com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Posteriormente, foram implantados os cursos de Educação Física, Administração Rural e Ciências com Habilitações de Matemática, Biologia e Química.

Segundo Lima, visando a ampliação das instalações para atendimento da necessidade de construção de laboratórios e melhoria dos instrumentais e equipamentos, foi adquirida uma área de 30 alqueires para a construção do Campus Universitário, sendo que a construção se iniciou no ano de 1987 (cf. LIMA, op.cit. p.13-15).

Nessa perspectiva, a FACIPAL passa a inserir-se na periodização indicada por Sheen (op.cit.) que se refere à expansão do ensino superior no Paraná ao encargo do poder público municipal. A Região Sudoeste é exemplo dessa situação. Em Pato Branco foi criada, por iniciativa do poder municipal, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco-FUNESP (1979) posteriormente integrada ao CEFET, atual UTFPr, em 1993. Também foi criada a FACE, Faculdade Municipal da Cidade de União da Vitória, em 1974. Registre-se que, sob a responsabilidade do poder público estadual, foram criadas a FAFI de União da Vitória (1956, mas que só começou a funcionar em 1960), e a Faculdade de Filosofia de Francisco Beltrão-FACIBEL (1975).

Ainda no ano de 1979, o CPEA assumiu a administração da FACEPAL. Esta iniciativa unificou, administrativa e oficialmente, a FAFI e a FACEPAL, sendo que as mesmas passaram, posteriormente, a designar-se Faculdades Integradas de Palmas-FACIPAL (Portaria nº 285/01 do MEC, de 15/02/2001); em 2002, pela Portaria nº 2993 de 23/10/2002, a FACIPAL passou a denominar-se Faculdades Integradas Católica de Palmas.

O compromisso do CPEA foi, primeiramente, com a formação humana e comunitária, postulando permanentemente, por toda a sua região de abrangência, uma opção preferencial pela educação de qualidade voltada às classes mais carentes. Defendeu e, efetivamente vivenciou, uma aproximação constante à vida cotidiana de uma região eminentemente agrícola, entendendo que a educação, acessível a todos, conduziria à substantiva melhoria da vida (BATISTELA; MOTTA, 2004, p.2).

Foi na década de 1980 que a IES passou a oferecer cursos de pós-graduação lato sensu contribuindo para especializar profissionais para a atuação na cidade de Palmas e região de sua abrangência geo-educacional, em diferentes formações. No final da década de 90 e anos iniciais de 2000 a IES ofereceu dois programas de mestrado nas áreas de Educação e Ciências Sociais Aplicadas .

No entanto, deve-se registrar que a comunidade local nunca desistiu da tentativa de criar uma universidade na região. Inclusive,

por ocasião da elaboração da Constituição Estadual de 1990, no artigo nº 59, das disposições transitórias, foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu-UNIVALE reunindo e integrando as Faculdades de Francisco Beltrão, Pato Branco, FAFI e FACEPAL de PALMAS, FACE E FAFI de União da Vitória (8), localizadas no Sudoeste e no Sul do Paraná (LIMA, op.cit.,p.14).

O referido artigo nº 59 informava que no prazo de dois anos o Poder Executivo deveria enviar à Assembléia Legislativa projeto de lei definindo a forma de incorporação das unidades isoladas de ensino superior e mecanismos de implantação e de funcionamento da nova universidade.

Em 17 de dezembro de 1990, pela Lei Estadual nº 9484, foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu-UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas. Havia, na referida Lei, outras providências necessárias, como: a necessidade de definir critérios e procedimentos para a escolha da sede definitiva da universidade, assim como os encaminhamentos para a doação de patrimônio das IES, que comporiam a nova instituição que seria mantida pelo governo estadual.

Todas as providências indicadas foram adotadas: 1. criação de uma comissão, composta por todos os diretores ou presidentes das fundações das faculdades envolvidas, por um representante da Associação de Prefeitos dos Municípios do Sul do Paraná-AMSULPAR- um representante da Associação de Prefeitos dos Municípios do Sudoeste do Paraná-AMSOP, um representante do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e por um representante estudantil das faculdades envolvidas. Essa comissão seria responsável pelo planejamento, estruturação do projeto e implantação da UNIVALE; 2. Definição dos procedimentos a adotar relativos a: patrimônio, plano de carreira, qualificação docente, plano de cargos para o pessoal técnico-administrativo; sistemas comuns de controle acadêmico, patrimonial, de biblioteca e de movimentação financeira, revisão curricular, adequação dos cursos à realidade regional, elaboração do projeto de estatuto e regimento geral (LIMA, op. cit., p.14-15)

Como ato final do governo Álvaro Dias, na presença de significativa representação de diferentes segmentos sociais e políticos da região, a qual traduzia a conscientização e a integração relativas ao esforço para a expansão do ensino superior, foi aprovado o Estatuto da nova universidade.

No entanto, iniciava-se um novo governo (Roberto Requião governou o Paraná de 1991-1994), que entendia que o Estado do Paraná não dispunha de recursos suficientes para realizar novos gastos com o ensino superior, sendo inviável assumir a criação de mais uma universidade.

Como todas as comunidades estavam unidas e imbuídas do desejo de integrar as faculdades isoladas do sul e do sudoeste numa universidade regional, havia muita pressão e determinação de todos os segmentos sócio-políticos-econômicos, no sentido de se mobilizarem para que as solicitações feitas fossem aprovadas pelo governo. (...) Após inúmeras audiências e reuniões, diante da intransigência do governo em cumprir o que legalmente estava certo e definido, a Comissão de implantação da UNIVALE propõe, em 10 de setembro de 1991 ao Estado, um Termo de Cooperação Financeira que visava subsidiar, em parte, a manutenção das instituições que integravam o processo da UNIVALE. (id.,ibid., p.16).

Assim, o convênio foi assinado apenas com a FACIPAL e a FACIBEL, pois segundo o governo estadual, a FAFIUV já era estadualizada e a FUNESP envidava esforços para a sua federalização, o que de fato aconteceu, posteriormente, como já indicado anteriormente.

O desgaste desencadeado por esse processo e a insensibilidade do governo, a falta de compreensão sobre a legitimidade do pleito e o descaso quanto à construção do processo, ao longo de quase trinta anos, com a efetiva participação popular, permitiram que as IES percebessem a falta de garantia quanto à continuidade da parceria com governos futuros. Assim, ocorreu a fragmentação de intenções, resultando na busca de

alternativas individuais, embora institucionais, sendo que cada IES buscou os próprios caminhos.

O contexto que se analisa deixa claro como os governantes, no exercício do poder, apenas discursam sobre políticas públicas, concretizando ações educacionais destinadas à despolitizar as populações. As trajetórias das IES do sul e do sudoeste do Paraná revelam tal situação. Analisando historicamente o seu percurso percebe-se que apenas a FACIBEL e a FUNESP se integraram a instituições universitárias; respectivamente: a Universidade Estadual de Cascavel-UNIOESTE e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UFTPr. A FAFIUV continua até os dias atuais como instituição isolada e a FACE, de União da Vitória, recentemente transformou-se em Centro Universitário (Parecer nº 926/2006 do Conselho Estadual de Educação do Paraná).

A FACIPAL, sob a liderança do Bispo Dom Agostinho Sartori, continuou a persistir na intenção de transformar-se em instituição universitária. Investiu na pós-graduação lato e stricto sensu, adequou-se às determinações da legislação do ensino superior, desenvolveu planejamento estratégico de forma a sensibilizar-se para as demandas de formação da região em que se insere. Assim, em 2004, ocorreu a transformação de Faculdades Integradas para Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, credenciado pela Portaria Ministerial nº 1274 de 17/05/2004 (publicada no Diário Oficial da União em 18/05/2004). O alcance dessa posição institucional criou inúmeros desafios de caráter administrativo e pedagógico.

Os dados resultantes da investigação permitem inferir que os encaminhamentos governamentais, opondo-se à criação de uma unidade forte de ensino universitário no sudoeste e sul paranaense pela integração de instituições próximas geograficamente e com identidade comum, contribuíram para o surgimento de várias e pequenas instituições, fragmentando a oferta de cursos e contribuindo até, para a competição entre as IES, diminuindo a oferta de ensino público em nível superior.

Nesse cenário de desafios e possibilidades apenas duas instituições ascenderam, individualmente, ao patamar de instituição universitária: a FACE de União da Vitória e o UNICS, vocacionados para diferentes demandas articuladas à realidade regional.

O UNICS, por sua característica confessional, investiu no ensino e na extensão, sendo que com a pretensão de criar um Centro Universitário dedicou-se, também, fortemente, para a criação de uma ambiência de pesquisa, contratando professores titulados, investindo na qualificação de seus docentes, melhorando seu plano de cargos e salários.

Mas, o aspecto que mais chama a atenção, conforme os registros consultados é a articulação com a comunidade, por meio de

um diálogo mais fecundo visando a elevação geral de conhecimento das massas populares, o acesso a essa informação e o exercício da cidadania por parte dessa comunidade. Na retrospectiva que se faz da caminhada das Faculdades (UNICS), um dos aspectos mais positivos dessa busca de expansão foi o trabalho integrado e de equipe no desenvolvimento de todas as atividades, (na consecução) das metas institucionais, para que se pudesse falar uma linguagem que traduzisse conceitos e valores consistentes, possibilitando assim a interação de pessoas da comunidade interna e externa, no esforço de legitimar uma Universidade em Palmas. Toda a história da instituição foi sempre permeada de muita luta, uma luta que foi sempre a bandeira maior de toda a sua comunidade, que entendeu, desde o início, que uma região

essencialmente agropecuária, sem indústrias e sem comércio consistente, precisaria voltar-se para o setor educacional. Uma comunidade que acreditou que seria a criação de uma Instituição de Ensino Superior, que abriria as portas, viabilizando novas alternativas de crescimento e expansão” (LIMA, op.cit., p.18).

Por um lado, como se pode observar, as memórias construídas em torno da criação e desenvolvimento do UNICS, a frustração pela falta de reciprocidade entre o poder público e as forças sociais presentes neste contexto e, ainda, a persistência em alcançar o status de instituição universitária revelam as práticas estatais de cumprimento de metas de governo e não da criação e desenvolvimento de políticas públicas caracterizadas pela continuidade, pelo esforço de revisão de metas e pelo acesso à participação cidadã. Neste sentido, a ação governamental, no contexto estudado, permite afirmar que no âmbito das políticas sociais ocorreu uma forma de dominação estatal sobre as demandas sociais presentes.

Por outro lado, a problemática analisada, explicita a crença desmesurada, por parte da população, no poder da educação como fator único para o processo de desenvolvimento sócio-econômico. É bem verdade que a presença de estudantes, de um grande número de cidades circunvizinhas, tanto do sul e do sudoeste paranaense quanto do oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul, com populações que, somadas, giram em torno de um milhão de habitantes, impulsionou o comércio e a indústria local/regional, colaborou para a elevação do nível de escolaridade destas populações e exerceu poderosa influência na formação de profissionais nas mais variadas áreas. Neste sentido, a criação do UNICS, em Palmas, foi fator determinante para o avanço do desenvolvimento sócio-econômico da cidade e da região, para a melhoria das condições de vida da população, especialmente por meio das ações extensionistas e de pesquisa, articuladas às atividades de ensino.

Deve-se considerar, finalmente, que o processo de intelegibilidade, desafio constituído pela análise das fontes primárias oriundas das várias entrevistas realizadas no percurso da pesquisa, revela consonância com o afirmado por Portelli (1991 apud FONSECA, 1997, p.36):

o importante para o historiador é não ser a memória um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações. (...) a utilidade específica das fontes orais para o historiador, repousa, não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (...) as fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez .

Nesta perspectiva entende-se que os dados oriundos da história oral, de caráter temático na presente investigação, revelam dois aspectos importantes: como reminiscência, História Oral configura-se como memória enriquecida, como possibilidade de recriação da realidade social; como alternativa de narração, possibilita a pessoas comuns participantes de determinados processos históricos, inserir-se efetivamente como sujeito da história, na perspectiva indicada por Thompson: (a história oral) “é construída em torno das pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria

história e isso alarga seu campo de ação. (...) oferece meios para uma transformação radical do sentido social da história” (1992, p.44).

Samuel contribui, neste sentido, articulando a história oral com a história local, importante fator para a presente investigação, esclarecendo que: “a evidência oral é importante para a história local não apenas como fonte de informação, mas pelo que faz para o historiador (...) pois pode expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador (...) o tecido celular ressecado” que, quase sempre, é tudo que tem nas mãos” (1990, p.237).

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

CENTRO PASTORAL, EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL DOM CARLOS. Livro de atas (1976-1982).

DIOCESE DO SENHOR BOM JESUS DE PALMAS. Livro Tombo (1966).

DERETTI, J. **Entrevista realizada em Curitiba**, junho/2003, Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica-UNICS.

AMARO, N. **Entrevista realizada em Palmas**, junho/2007, Núcleo de Documentação Pesquisa Histórica-UNICS.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, H. A Trajetória e o Significado das Políticas Públicas: Um Desafio Democrático. **Proposta**, n.59, P.5-15, dez. 1993.

BATISTELA, A; MOTTA, C. **Histórico UNICS.** Palmas, 2004.

CUNHA, L.A. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs.) 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.

FONSECA, S.G. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas, SP: Papyrus, 1997.

HORTA, J.S.B. **Revista de Cultura Vozes.** Petrópolis, v.69, n.6, p.29-48, ago.1975.

LIMA, M.M.M. Contextualização das Faculdades de Palmas: Uma Retrospectiva de Sua Caminhada. **Consciência**, Palmas/Pr, 11 (1), p.9-38, jan/jun 1997.

MOSAICO Étnico, **Referência em planejamento**, Curitiba, n.5, abr/jun, 1977, p.29-33.

OLIVEIRA, F. de. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do Século XXI.** Rio de Janeiro: FASE, 1994.

SAMUEL. R. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, n.19. São Paulo, set.1989/fev.1990, v.9, p.219-249.

SHEEN, M.R.C.C. **O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná**. Campinas, 1986. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

SCHMIDT, L.M. **O Ensino Superior no Contexto das Políticas Públicas: Uma Experiência de Gestão no Estado do Paraná**. São Paulo, 1999. Tese doutorado, PUC-SP.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

NOTAS

(1) No decorrer da investigação foram utilizadas fontes primárias (Livro Tombo da Diocese do Senhor Bom Jesus de Palmas e dados resultantes de 16 entrevistas realizadas com pessoas-fonte) além da análise de outras fontes secundárias de circulação restrita (artigos publicados em revistas institucionais das Faculdades Reunidas de Palmas-FACIPAL) citadas nas referências deste trabalho.

(2) Encontram-se e começam a difundir-se as três ondas de povoamento-a do **Paraná Tradicional**, que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação de gado, a indústria da erva-mate e da madeira do pinho; a dos lavradores da agricultura tropical de café, que pelas origens e pelos interesses históricos ficaram mais diretamente ligados a São Paulo(**Norte do Paraná/nortista**); e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul (**Oeste-Sudoeste do Paraná/frente sulista**) Grifos meus. Cada uma das três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou suas próprias cidades (MOSAICO, 1977, p.33) A cidade de Palmas insere-se no “Paraná Tradicional” colonizada que foi pelas populações dos Campos Gerais, Curitiba e Paranaguá, embora tenha sofrido, também, a influência da corrente populacional do Oeste/Sudoeste, de origem gaúcha.

(3) Essa situação persiste até os dias atuais. O CPEA realiza uma assembléia geral anual para prestação de contas aos sócios. Mantêm atualmente uma rede de instituições, de orientação católica, com expressiva atuação na região sudoeste do Paraná: três instituições de ensino superior, dois colégios de Educação Básica e três emissoras de rádio AM/FM, além de duas obras sociais de atendimento à infância e à velhice.

(4) Fundador do CPEA, atuou como professor da Faculdade de Filosofia (entrevista realizada em junho de 2003); esta entrevista foi selecionada para integrar o presente artigo por apresentar visão de contexto sobre o objeto da pesquisa.

(5) CPC-Centros Populares de Cultura (criados em 1961 por iniciativa da União Nacional dos Estudantes-UNE); MCP-Movimentos de Cultura Popular (surtem em 1960 no Recife, com a participação de Paulo Freire); MEB-Movimentos de Educação de Base (criados, em 1961, pela Confederação de Bispos do Brasil-CNBB). A composição ideológica destes grupos varia da influência marxista à influência cristã. Buscavam, por sua forma de atuação, providências para resolver o sempre dramático quadro da educação brasileira, exigindo medidas não apenas do Estado, mas, a definição pela própria sociedade, de alternativas de mudança.

(6) O Dr. Adilson Amaro acompanhou a esposa, Neusa Amaro, na oportunidade da vistoria e, relatou em entrevista que, no período da visita atravessou uma madrugada em companhia dos fundadores do CPEA apoiando a correção da minuta do regimento da Faculdade.

Artigo recebido em: 23/7/2008

Aprovado para publicação em: 28/9/2008